



RELATÓRIO ESPECIAL

Reformas 2.0 na América Latina: Conciliar crescimento com desenvolvimento

Madrid, maio 2016

d+i desenvolvendo
ideias
LLORENTE & CUENCA

APRESENTAÇÃO

REFORMAS 2.0 NA AMÉRICA LATINA:
CONCILIAR CRESCIMENTO COM
DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO
2. AS DIFERENTES SITUAÇÕES DENTRO DA REGIÃO
3. REALIZAÇÕES E DESAFIOS. ACERTOS E ERROS. LIÇÕES APRENDIDAS E TEMAS PENDENTES
4. A PENÍNSULA IBÉRICA PERANTE O DESAFIO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DA AMÉRICA-LATINA
5. CONCLUSÕES

APRESENTAÇÃO

Na castiça e cosmopolita cidade de Lisboa encontram-se nestes dias de maio (23 e 24) personalidades internacionais, figuras de relevo do panorama diplomático, diretivos de empresas, membros e ex-membros do Governo, português e de outros países, o atual chefe de Estado de Portugal e o ex-chefe de Estado do Chile, investigadores, fundações e ONGs, para em conjunto debaterem o ‘Triângulo Estratégico’ do momento e dos próximos tempos: América Latina – Europa – África.

A juntar aos quase 900 anos de história, Portugal tem também uma posição geográfica hábil, ao situar-se na costa Oeste da Europa e portanto numa ponta favorável à Europa, à América e a África, para além de possuir ilhas singulares em pleno oceano Atlântico, revelando-se portanto um peão fundamental neste tabuleiro.

Sabemos como o mundo mudou e como a globalização veio ajudar a encurtar distâncias, mostrando-nos agora como os continentes estão mais próximos, apresentando-se com novos desafios, novas prioridades e novos mercados. Para além dos símbolos que unem (e unificam) um país, há também as características que aproximam os continentes, e no caso concreto deste Triângulo, o português e o castelhano são a verdadeira marca que os avizinha.

O português, por exemplo, partilhado por Portugal, Brasil e alguns países de África, totalizando mais de 200 milhões de falantes; assim como o espanhol falado em Espanha e nos restantes países da América Latina são geradores de diálogos, de conversações e negócios e potenciadores de novas relações e da abertura a outros mundos.

Não obstante as localizações geográficas privilegiadas, a aposta na tecnologia, o desenvolvimento das infraestruturas, o acompanhamento do mercado, e o valor das pessoas e das suas competências, nem todos os países apresentam o mesmo ritmo de crescimento, como é normal, nem o mesmo Estado social responsável, como seria desejável.

É do conhecimento geral que também a crise mudou o mundo, alterando prismas e visões, permitindo emergir novas potências –como a China, por exemplo, cujos turistas em Portugal aumentaram aproximadamente 36%; e alguns países da América Latina– e alterando as rotinas das populações, que procuraram novos modelos de negócio e novas geografias para trabalhar e (re)começar os seus negócios.

Recentemente de visita a Portugal, o nobel da Economia Paul Krugman afirmou que Portugal passou por uma austeridade severa, mas que revela sinais de melhoria, que lhe permitem agora suavizar as medidas implementadas. Sublinhou também que, de um modo geral, as boas notícias passam pela economia europeia, que está a recuperar, bem como a procura dos consumidores que está a aumentar, de modo lento, mas a crescer.

Com base neste contexto surgem estes encontros com o intuito de promoverem o diálogo político e empresarial, com recurso à diplomacia económica, que por sua vez ajudam a fomentar a afirmação dos países fora de portas, configurando-lhes reputação, como país e como mercado.

Arturo Pinedo,

Sócio e diretor geral Espanha e Portugal na LLORENTE & CUENCA

Tiago Vidal,

Diretor geral na LLORENTE & CUENCA Portugal

REFORMAS 2.0 NA AMÉRICA LATINA: CONCILIAR CRESCIMENTO COM DESENVOLVIMENTO

I INTRODUÇÃO

Em muito pouco tempo, o teor das análises sobre a situação económica latino-americana mudou radicalmente. O panorama é visto atualmente de maneira completamente oposta à que, até há pouco tempo, se considerava como a década “dourada” ou “prodigiosa”. Face ao período de crescimento e prosperidade, inédito na região, de 2003 a 2013, atualmente todos os organismos internacionais coincidem ao considerar a situação “muito preocupante”.

A bonança continuada desta década refletiu-se, de imediato, nos índices de crescimento latino-americano, por país. Neste sentido, se a média regional já era em si significativa, com um ritmo de crescimento para este período de 5,4 %, ainda o é mais se compararmos com a média da OCDE, que não superou os 2,3 %.

Tendo em conta a esta situação, nos últimos anos as economias regionais conheceram taxas de crescimento relativamente baixas, entre 2 % e 2,5 % do PIB, e a tendência é decrescente, uma vez que 2015 é já o terceiro ano consecutivo de declínio, e 2016 apresenta-se com todos os

indicadores a apontarem para resultados igualmente maus ou mesmo piores, como afirma o FMI. Este organismo retificou em baixa, pela segunda vez no ano, a sua previsão para a América Latina, de maneira considerável. Segundo este organismo, o PIB agregado da região, no seu conjunto, sofrerá uma contração de 0,5 % em 2016¹.

Este contraste de dados é significativo, mas não tem por que surpreender. Pelo contrário, esta era uma situação previsível. Os motivos são “uma conjuntura internacional desfavorável nos últimos cinco anos, devido aos baixos preços das matérias-primas, a desaceleração económica da China, o encarecimento do financiamento externo e as limitadas entradas de capitais por políticas monetárias dos EUA”². A pior situação possível para as economias que dependem dos preços do mercado internacional, concretamente dos preços das matérias-primas, uma vez que o seu modelo produtivo é agro-exportador, baseado num ou dois produtos e concentrado num ou dois mercados, no máximo. A vulnerabilidade das economias latino-americanas, devido a esta situação

¹ Previsão de crescimento FMI, 16/04/2016, <http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/survey/so/2016/NEW041216AS.htm>.

² Perspectivas da América Latina para 2015, em educação, competências e inovação, http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37445/S1420759_é.pdf?sequence=1.

“O desafio não é recuperar o crescimento da década passada, mas sim alcançar o desenvolvimento”

de ultra-dependência, tornava previsível e nada surpreendente que, perante as flutuações da conjuntura do mercado internacional, esta procura se reduzisse abruptamente, com uma grave e imediata repercussão nas referidas economias. Uma situação que pode piorar, tendo em conta a situação do mercado internacional, do qual dependem boa parte das economias latino-americanas, uma vez que “o crescimento económico de América Latina poderia ser ainda menor perante uma desaceleração mais profunda do crescimento da China e, em menor medida, por um endurecimento mais rápido das condições financeiras dos EUA”³.

O principal problema é que, durante estes anos de bonança, não foram realizadas as reformas estruturais necessárias para modificar progressivamente o modelo produtivo latino-americano. Longe disso, o que se verificou foi uma re-primarização das referidas economias.

O desafio não é recuperar o crescimento da década passada, mas sim alcançar o desenvolvimento. É necessária uma transformação estrutural do modelo de desenvolvimento, baseado na competitividade, o qual se obtém com uma educação qualificada, infra-estruturas adequadas e investimento em alta tecnologia, para conseguir diversificar o aparelho produtivo, acrescentando mais valor às matérias-primas.

Perante estes desafios, este relatório põe em evidência que a discussão não se baseia necessariamente em levar a cabo uma industrialização, como se tem vindo a repetir estes últimos meses, como tal, a indústria não é necessariamente a resposta. O mais importante é ter presente que seja qual for a atividade económica, e isso dependerá da procura dos mercados, é imprescindível ser mais **competitivo, produtivo e inovador**, pelo que é imperioso investir por sua vez em capital humano (educação) e em capital físico (infraestruturas).

2. AS DIFERENTES SITUAÇÕES DENTRO DA REGIÃO

Apesar dos dados regionais conhecidos, o certo é que as médias regionais não mostram toda a realidade. Esta é muito diversa e embora haja países que se encontram mergulhados numa recessão, também existem países que, apesar da diminuição dos seus índices de crescimento, continuam a crescer.

Antes de passarmos a analisar a situação por país, a nível sub-regional parece evidente que as áreas mais dependentes do comércio com a China estão particularmente afetadas por uma situação de crise. A mudança de modelo económico por parte do gigante oriental determinou uma diminuição da procura de matérias-primas, que afetou seriamente as economias sul-americanas. Isto explica

³ Ibidem.

“Os maiores responsáveis pelas previsões pessimistas são o Brasil e a Venezuela”

que seja a América do Sul que apresenta os piores dados, uma vez que a sua dependência do mercado do gigante asiático foi maior. O contrário acontece com o México ou a América Central, regiões mais concentradas no mercado norte-americano, que, neste momento, apresenta sintomas de recuperação.

Por este motivo, mesmo as economias que se considera apresentarem uma evolução mais positiva, como é o caso do Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, têm vindo a registar uma significativa desaceleração. O Paraguai tem sido afetado pelo mesmo motivo, e o mesmo acontece com o Equador, cujo uso do Dólar constitui um travão perante a forte desvalorização das moedas dos países vizinhos. No entanto, os maiores responsáveis pelas previsões pessimistas que se têm vindo a colocar são o Brasil e a Venezuela e, porque são dois países que se encontram em recessão, situação que impacta significativamente a média regional.

No caso da Venezuela, a drástica queda dos preços do petróleo gerou uma situação preocupante para a economia do país, uma vez que as receitas dependem desta fonte de energia. A forte quebra de receitas destes preços põs em evidência algumas contradições de gestão do atual governo venezuelano.

No que refere ao Brasil, o fator político revela-se também importante para compreender a grave situação que enfrenta

o atual governo. O escândalo de corrupção na PETROBRAS teve um efeito dominó, que alcançou a própria presidente da República, Dilma Rousseff, e o ex-presidente, Lula da Silva. A incerteza política gerada por esta crise afeta muito diretamente a situação económica, como refere o relatório já referido, onde se calcula que a economia brasileira cairá perto de 3,5 % em 2016, e recuperará até se situar nos 0,0 %, em 2017. Os novos dados representam uma correção em baixa das projeções do mês de outubro, de 2,5 % e 2,3 %, respetivamente.

Por outro lado, a Argentina, que vivenciou algum crescimento em 2015, deverá sem dúvida enfrentar uma importante recessão em 2016, como consequência também dos erros de gestão económica da anterior presidência e dos reajustes que deverá levar a cabo a atual administração. A situação no seu conjunto neste área, e particularmente a do Brasil e da Venezuela, poderia explicar os dados negativos da média regional em 2015 (-0,4 %) e as expectativas de um crescimento virtualmente nulo ou igualmente negativo, segundo as previsões, em 2016, como já foi mencionado.

A evolução das economias mais a Norte também apresenta uma tendência para diminuir, embora continue a registar algum crescimento. Assim, no México, a outra grande economia da região, regista um abrandamento de -0,2 %, embora a sua economia continue a crescer a um ritmo de 2,6 % em

“Os países com maior diversificação económica, como o Brasil, enfrentarão melhor esta crise”

2016, e de 2,9 % em 2017. Por outro lado, a região da América Central, Cuba e República Dominicana tiveram um crescimento médio de 4 %, em 2015.

Em conclusão, esta região enfrenta, com toda a certeza, de um modo geral, uma crise de matérias-primas, uma vez que este é o modelo económico dominante. Neste sentido, a re-primarização testada na América do Sul, pela sua particular dependência da procura da China, explica que esta região esteja particularmente afetada. Daí advém que, dentro deste padrão, existam economias com maior ou menor nível de diversificação. Um fator que, sem dúvida, melhor as posiciona para enfrentar esta crise. De igual modo, dependendo das exportações, haverá economias mais ou menos afetadas. A particular descida dos preços dos minerais e dos combustíveis fósseis, relativamente ao preço dos alimentos, dá lugar a que haja países particularmente afetados por esta questão. Isto explica a difícil situação de países exportadores de combustíveis fósseis, cujos preços estão a alcançar mínimos históricos, como é o caso da Venezuela, Equador, Colômbia e Bolívia. Os países mineiros, como o Peru e o Chile, ressentir-se-ão também necessariamente nesta nova situação.

Igualmente, os países com maior diversificação económica,

como o Brasil, enfrentarão melhor esta crise, uma vez superada a sua crise política interna, do que aqueles países que dependem praticamente de um único produto de exportação, e que não contam com outros produtos exportadores ou tenham falta de tecido industrial, como a Venezuela.

3. REALIZAÇÕES E DESAFIOS. ACERTOS E ERROS. LIÇÕES APRENDIDAS E TEMAS PENDENTES

A pergunta seria por que é que neste momento estamos a falar de uma situação difícil, de abrandamento e mesmo de recessão, quando certamente todos os organismos internacionais coincidem em assinalar que a “América Latina demonstrou um progresso notável em termos económicos e sociais. Este foi um ciclo económico de prosperidade que não se registava há muitas décadas. É importante reconhecer que a economia da região é emergente dentro da sua heterogeneidade. Esta é uma região muito diferente do que era há 15 anos: os níveis de pobreza reduziram-se de forma significativa e têm-se produzido investimentos em infraestruturas tradicionais e de telecomunicações. O mais importante é o aparecimento de uma classe média e a melhoria da cobertura educativa, que se duplicou. É uma região muito melhor preparada”⁴.

⁴ Infolatam, Mario Castillo, *Cehfe da Unidade de Inovação e novas Tecnologias da CEPAL*, <http://www.infolatam.com/2015/10/01/mario-castillo-cepal-a-ralentizacion-economica-va-a-favorecer-a-innovacion-tecnologica/>,

“Não é a primeira vez que a América Latina enfrenta uma crise semelhante”

A resposta encontra-se na forma como se alcançou este crescimento.

Certamente existem importantes lições aprendidas e êxitos alcançados pela região ao longo do século XX, depois de algumas experiências difíceis de manejar, que dão lugar a que, apesar da difícil situação a que se enfrenta, a realidade latino-americana não seja a mesma que antes. Verificaram-se importantes avanços, que não são, quantitativa nem qualitativamente, suficientes, ao ser necessária uma mudança de caráter estrutural. Com efeito, estes avanços conseguiram-se graças às receitas procedentes de uma conjuntura favorável, para um modelo de economia fundamentalmente extrativa, dependente da extração de recursos naturais.

No entanto, apenas com a transformação no sentido de um novo modelo produtivo será possível que a região possa competir com outras potências emergentes, como as asiáticas. Para tal é preciso obter uma diversificação económica, através do investimento em tecnologia e conhecimento, infraestruturas, logística e serviços de valor acrescentado, reproduzindo desta maneira uma economia circular.

Na medida em que não houve mudanças estruturais, um dos maiores temores é que o bem-estar e as transformações sociais verificados não se possam sustentar e tenha lugar um retrocesso neste sentido.

No momento em que diminuíram os preços das matérias-primas, devido à situação internacional, e mais recentemente pela conjuntura na China, é quando se colocam novamente as questões, de maneira evidente, sobre os problemas estruturais de economias pouco diversificadas, cujos produtos de exportação carecem de valor acrescentado e apenas têm produção industrial local. As consequências desta nova fase começaram a tornar-se visíveis desde 2012, momento a partir do qual os preços dos produtos primários começam a cair, gerando-se em consequência um efeito praticamente mecânico, caracterizado por uma drástica diminuição dos instáveis índices de crescimento dos países exportadores destes produtos, entre os que se incluem os países da América-Latina.

Não é a primeira vez que a América Latina enfrenta uma crise semelhante. Na realidade, são crises cíclicas que têm lugar desde a segunda metade do século XIX, período em que se configura o seu modelo produtivo. A proposta alternativa mais importante foi a tentativa de industrialização, por substituição de importações, adotado na região, depois da II Guerra Mundial e vigente até aos anos noventa. Um modelo com escassos resultados, que em qualquer caso deu lugar a uma indústria subsidiada pelos Estados e muito pouco competitiva.

No entanto, embora as limitações do modelo agro-exporta-

“Ainda existem governos na América Latina que consideram que o mercado das matérias-primas é inesgotável”

dor e a experiência histórica permitissem antecipar que a situação se repetiria novamente quando baixassem os preços do mercado internacional, ainda existem governos na América Latina que consideram que o mercado das matérias-primas é inesgotável e que sempre existirá procura, pelo que será sempre uma fonte de recursos⁵. Partindo desta visão, o certo é que era uma autêntica “tentação” aproveitar esses recursos para favorecer, como efetivamente aconteceu, a diminuição da pobreza e da desigualdade, a curto prazo, através de políticas sociais, para alguns necessitados. Políticas e iniciativas que levaram a cabo todos os governos, sem qualquer exceção, de direita ou de esquerda. O problema fundamental é que com isso não se deixou de potenciar a re-primarização das economias latino-americanas, atrasando as necessárias reformas estruturais. A consequência é que, de facto, se verificou algum crescimento, mas não desenvolvimento. Por isso, apesar dos êxitos conseguidos, os efeitos foram positivos a curto prazo, mas significaram, em última análise, um retrocesso a médio e a longo prazo.

As opções conduzem inevitavelmente a transformar o modelo produtivo, porque não é possível tentar continuar a viver das matérias-primas através do modelo atual. O certo é que, embora existisse vontade neste

sentido, nenhuma economia se pode permitir a fazê-lo. Não seria a opção mais realista, nem a melhor. Em primeiro lugar, porque não se vislumbra, a curto prazo, uma potência que requeira tal volume de matérias-primas, tal como aconteceu com a China, por exemplo, na última década. Em segundo lugar, porque na medida em que este modelo económico não é sustentável, mesmo supondo que existisse uma nova potência similar, mais tarde ou mais cedo regressaríamos a uma situação de crise, como a que está a ter lugar neste momento. Com um problema acrescido, porque entretanto o resto do mundo teria avançado, e a região latino-americana não o teria feito, devido às características que apresenta este modelo económico.

O PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO: ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO

É um processo lento que requer um papel ativo das políticas públicas, que aponte para um sector mais competitivo. Por isso, neste momento, o desafio é transformar o mesmo modelo económico do século XIX, para enfrentar uma crise própria do século XXI, e não existam mais possibilidades de atrasar essas reformas. É imprescindível construir economias mais produtivas e competitivas, nas quais predomine a inovação e onde exista uma ampla diversi-

⁵ Eduardo Gudynas, *Estado compensador y nuevos extractivismos. As ambivalencias do progresismo sudamericano*, Nueva Sociedad, nº 237, janeiro-fevereiro, 2012.

“A visão dominante, a curto-prazo, veio duplicar os problemas para abordar as reformas necessárias”

ficação de produtos. O que significa a necessidade de investir em conhecimento e em novas tecnologias, que garantam a diversificação da economia, entre outros aspetos.

A visão dominante, a curto-prazo, veio duplicar os problemas para abordar as reformas necessárias, uma vez que quando existiam recursos, esse teria sido o momento de ter levado a cabo fortes investimentos, destinados a modificar o modelo produtivo. Para o fazer, as possibilidades de crescimento e de progresso passam por uma condição “sine qua non”: acabar com o sistema de exportação de produtos primários sem valor acrescentado. Esta é a chave do fracasso do sistema tradicional, o que explica que todas as melhorias tenham sido limitadas. Para Mario Castillo, “a região soube utilizar parte dos excedentes deste boom, que foram reinvestidos em políticas sociais, em políticas de formação de recursos humanos e em infraestruturas (...) A principal debilidade é que não se compatibilizou de maneira adequada o desenvolvimento de um sector baseado na exportação de recursos naturais com um sector tecnológico que proporcione valor acrescentado”⁶.

Os motivos são fundamentalmente dois e estão relacionados

com o predomínio de uma visão a curto-prazo tanto governamental como empresarial. No que diz respeito às políticas públicas implementadas, como já foi referido, são os próprios governos que impulsaram a re-primarização da economia. Por outro lado, considerando que os sectores de recursos naturais permitiram obter rentabilidades tão altas, sem investimento tecnológico, o incentivo para criar empresas de base tecnológica foi muito menor.

Esta situação está a inverter-se atualmente, porque estão a desenvolver-se iniciativas de base tecnológica e a ser levadas a cabo importantes experiências em diferentes países. Por exemplo, o Chile implementou uma estratégia de especialização em sectores de alto valor acrescentado, aplicando novas tecnologias aos sectores tradicionais, utilizando a *internet* no sector industrial e em novos sectores associados à biotecnologia e às manufaturas. Verificam-se progressos também na Argentina (tecnologia da informação) e o México e o Brasil possuem clusters tecnológicos importantes na indústria automóvel e da aeronáutica⁷. São progressos importantes, sem dúvida, mas falta aplicar uma visão integral e sustentável para que governos e sociedade assumam um novo modelo produtivo.

⁶ Mario Castillo, Chefe da Unidade de Inovação e Novas Tecnologias da CEPAL, *Infolatam* 30/09/2015. <http://www.infolatam.com/2015/10/01/mario-castillo-cepala-ralentizacion-economica-va-a-favorecer-a-innovacion-tecnologica/>.

⁷ *Ibidem*.

“Talvez a chave se encontre no conceito de economia circular”

MODELO ALTERNATIVO BASEADO NA COMPETITIVIDADE PARA OBTER MAIOR PRODUTIVIDADE

As limitações do modelo descrito tornam-se evidentes se prestarmos atenção aos dados de competitividade. O Relatório Global de Competitividade, 2015-2016, destaca que a região estagnou nos últimos cinco anos. Não obstante, é novamente preciso insistir na heterogeneidade da região e a brecha de competitividade entre os países continua a ser ampla. Contudo, a maioria dos países da região está no grupo médio, entre as posições 50 e 100, com a Argentina ligeiramente fora desta faixa, ocupando a posição 106⁸.

Na realidade, o índice de competitividade também não varia muito nos anos de grande crescimento, uma vez que, como já foi referido, os problemas que a região arrasta são de carácter estrutural. Desta maneira foi possível crescer, mas persistiu “um funcionamento débil das instituições, umas infraestruturas deficientes e a ineficácia na atribuição de fatores de produção”. Essas deficiências, comuns ao conjunto das economias latino-americanas, explicam os dados de competitividade expostos, devido à brecha em matéria de formação, tecnologia e inovação, “que impede muitas companhias e nações de avançar para atividades de maior valor acrescentado”⁹.

Para superar a situação descrita é preciso analisar o mercado internacional e desenvolver a atividade produtiva requerida pelo dito mercado. De acordo com este novo mercado e as suas numerosas oportunidades deverá entender-se a transformação económica, que se pode dar sem mudar a matriz produtiva, mas assegurando a diversificação, a agregação de valor e o processamento de produtos agrícolas, para o que será necessário conhecimento, tecnologia, infraestrutura produtiva, segurança ambiental, eficiência energética, transporte e logística.

A visão e o conceito de desenvolvimento vai para além de onde se deve centrar a atividade económica, considerando também como esta se deve realizar. Por isso é conveniente insistir que, para a necessária transformação estrutural, não é preciso abandonar a exportação, nem a atividade produtiva no sector primário, nem concentrar o desenvolvimento no sector secundário e obter uma indústria nacional. A atividade económica pode permanecer vinculada à exportação de produtos agrícolas, mas os produtos para a exportação devem ter um alto valor agregado e serem dirigidos a diversos mercados.

Talvez a chave se encontre no conceito de economia circular, mais do que no âmbito pro-

⁸ INCAE Business School *Informe Global de Competitividad*, 2015-2016, <http://www.incae.edu/é/nuestros-proyectos/clacds/informe-global-de-competitividad-2015-2016.php>.

⁹ INCAE Business School *Informe Global de Competitividad*, 2013-2014, <http://www.incae.edu/é/clacds/informe-competitividad-global-2013-2014.php>

“Seja qual for a atividade económica, é preciso acrescentar valor agregado aos produtos, e garantir margens de diversificação”

duto onde seja necessário investir. De facto, é necessário implementar este conceito de economia, com o fim de assegurar uma melhor utilização dos recursos naturais da região. Investindo nos âmbitos contemplados é possível evitar que os recursos naturais e minerais, por exemplo, como o ouro, o cobre ou a prata, abandonem a região em estado bruto. O resultado não é apenas evitar o risco de esgotar estes recursos, mas também não os empregar noutros sectores para garantir a criação da referida economia circular, uma vez que tudo se exporta no seu estado bruto. Este conceito de economia supera um debate que até agora não tinha oferecido grandes soluções, uma vez que até recentemente a discussão girava em torno da atividade económica, agrícola ou industrial, na qual se devia centrar o desenvolvimento.

Neste sentido, o desafio não é portanto determinar se é preciso concentrar todos os esforços na criação de um tecido industrial, e levar a cabo um processo sistemático de industrialização, como se tem vindo a insistir. A chave em que, independentemente de se tratar da agricultura, da indústria ou dos serviços em que se concentre a atividade económica, se apliquem os critérios de uma economia circular, alimentada através do conhecimento, da tecnologia, das infraestruturas, etc., que permitam tornar sustentável qualquer atividade económica. Por outras palavras, as alterações a introduzir não significam

necessariamente a transformação da matriz produtiva, mas sim a sua reforma. Isto significa que a América Latina pode ser competitiva e desenvolver uma economia sustentável, mantendo inclusive economias eminentemente agrícolas ou mineiras. Mas seja qual for a atividade económica, é preciso acrescentar valor agregado aos produtos e garantir margens de diversificação, para os quais o conhecimento, a tecnologia e a mão-de-obra qualificada são fundamentais.

Outro dos aspetos chave neste sentido, como assim o reconhece a própria Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, é a integração regional, pois através da mesma, multiplicam-se as possibilidades de aumentar mercados, proporcionando também capacidade negociadora à região, neste caso junto de outras potências extra regionais, como, por exemplo, a China, principal cliente da região durante a passada década.

Não obstante, em termos mais gerais, apesar dos avanços no sentido de alcançar numerosos acordos comerciais bilaterais e acordos entre subgrupos de países, a região não aprofundou o necessário em matéria de integração. A potencialidade do mercado regional não está desenvolvida e apenas algumas empresas participam na cadeia de valor na região, o que por sua vez limita a sua participação nas cadeias globais de valor. O comércio inter-regional representa atualmente uma

“Diversificar produtos e mercados de exportação é uma tarefa fundamental”

percentagem de 17 %, enquanto o de outras regiões, como no caso da Europa representa 68 %, o da Ásia 52 %, e o de África aproximadamente 10 %.

Uma das causas para estes valores reside no problema da conectividade, devido à falta de infraestruturas. É necessário melhorar os aeroportos, portos, o transporte por estrada e ferroviário e outras infraestruturas, como as relacionadas com a água e o saneamento. A criação de um mercado comum regional permitiria às empresas explorar a uma escala maior, ajudando a competir de maneira mais efetiva com os atores globais.

O MERCADO INTERNACIONAL DEVERÁ CONTINUAR A SER TRANSCENDENTAL PARA A ECONOMIA REGIONAL

Com efeito, não é necessário renunciar ao sector primário nem à exportação, mas é imprescindível acabar com a mono-dependência produtiva e com a “chino-dependência”. Esta necessidade obriga a ser mais competitivo, mais produtivo e inovador, pelo que é fundamental investir em capital humano (educação) e em capital físico (infraestruturas). Para todos estes investimentos são necessários parceiros e para tal não se pode prescindir das potências extra regionais. Por estes motivos, as economias latino-americanas deverão certamente continuar centradas no comércio internacional e acompanhar de perto a procura de potenciais clientes extra regionais, seja na

China, na Europa ou nos Estados Unidos da América.

A chave reside em modificar os termos das relações comerciais. “O que aprendemos até agora é que o comércio mundial ou a receção de investimentos estrangeiros diretos não são suficientes. É preciso fazer mais para aproveitar plenamente esse comércio e esse investimento”. Esse aproveitamento passa necessariamente por uma maior “simetria” nas relações entre a América Latina e os seus possíveis parceiros, como a China. Esta nova relação favoreceria “um modelo mais competitivo, de inserção em cadeias globais com mais valor agregado, mais tecnologia, mais inovação e criação de emprego de melhor qualidade”, como afirmou Enrique García, Presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

Diversificar produtos e mercados de exportação e proporcionar maior valor agregado às vendas no exterior é uma tarefa fundamental. Sob estes critérios, é preciso analisar o mercado internacional e desenvolver a atividade produtiva requerida pelo mesmo. Neste sentido, não deve renunciar-se à produção agrícola, uma vez que segundo os critérios colocados, esta pode ser uma alternativa competitiva.

Consequentemente, a agricultura e a agro-indústria constituem um mercado repleto de oportunidades para a região da América-Latina, em especial para as sociedades com

“A realidade mostra que existe uma falta de eficácia em algumas iniciativas implementadas pelos Estados”

uma classe média consolidada ou em crescimento, como nas potências emergentes, e que são eminentemente urbanas. Este grupo social requer uma dieta diversificada e de qualidade. Por este motivo, constata-se um aumento da procura de proteínas, de alimentos processados, maiores exigências de qualidade e de propriedades especiais.

O sector dos serviços é outro sector de grandes oportunidades que a região não pode descurar; à semelhança do turismo, dirigido igualmente às classes médias. Um potencial extraordinário, que no entanto ainda mal se começou a explorar.

De acordo com este novo mercado e as suas numerosas oportunidades deverá entender-se a transformação económica que se pode dar sem modificar a matriz produtiva, mas antes, assegurando a diversificação, a agregação de valor e o processamento de produtos agrícolas, para o que será necessário conhecimento, tecnologia, infraestrutura produtiva, transporte e logística.

A COMPLEXIDADE DA MUDANÇA. A REFORMA INSTITUCIONAL

A reforma que a região deve abordar é de extraordinária complexidade e ultrapassa o âmbito estritamente económico. As implicações da mesma tornam

necessárias reformas institucionais, que possibilitem a existência de instituições fortes, baixos níveis de corrupção, um governo eficiente e estabilidade macroeconómica, fatores transcendentais que explicam que o Chile seja o país mais competitivo da região, particularmente quando “goza de umas contas saneadas e de baixos níveis de dívida pública”¹⁰.

A reforma do Estado é uma condição “sine qua non” na América Latina, para garantir o funcionamento das políticas públicas, uma vez que este carece das capacidades adequadas. Segundo o relatório *Um Estado mais efetivo*. Capacidades para o desenho, implementação e aprendizagem de políticas públicas¹¹ “a realidade mostra que existe uma falta de eficácia nalgumas iniciativas implementadas pelos Estados. Evidência de que falham as políticas públicas. E falham pela forma de implementar as políticas públicas e pela falta das capacidades necessárias por parte do Estado”. O mesmo relatório assinala determinadas capacidades para garantir a eficácia adequada no que se refere ao desenho, à implantação e à aprendizagem de políticas:

- Uma burocracia como um ator transversal no desenho e na implementação de políticas, o que exige funcionários idóneos, honestos e motivados.

¹⁰ *Informe Global de Competitividad 2013-2014*.

¹¹ Pablo Sanguinetti, *Um Estado mais efetivo. Capacidades para o desenho, a implantação e a aprendizagem de políticas públicas* http://www.scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/755/reporte_economia_desenvolvimento_caf_2015_estado_politicas_publicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y

“Num momento tão crucial como este para a região, Portugal e Espanha podem encontrar novas oportunidades, direta e indiretamente”

- Sistemas de compras públicas como ferramenta crucial na etapa da implementação. Neste sentido, é necessário um bom sistema de compras públicas, que proporcione os bens necessários em quantidade e qualidade suficientes, e no momento oportuno. Não obstante, para garantir estes sistemas são imprescindíveis mecanismos de monitorização capazes de desencorajar a prática da corrupção e que minimizem as oportunidades de fazer um mau uso ou de desperdiçar os recursos por parte dos funcionários públicos.
- Garantir uma relação direta e frequente entre os cidadãos e a burocracia, para favorecer a prestação de contas por parte do Estado.
- Obter a transformação das experiências de políticas em conhecimento e aprendizagens que permitam aumentar a sua efetividade. Para tal, a monitorização e a avaliação de políticas públicas é fundamental, para compreender o potencial de mudança da iniciativa implementada.

Tão significativo como as reformas de carácter eminentemente económicas, é a reforma do Estado para consolidar a eficácia do seu funcionamento. Tanto que, se essa reforma estatal não for eficiente, os resultados da reforma económica não serão plenamente alcançados.

4. A PENÍNSULA IBÉRICA PERANTE O DESAFIO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DA AMÉRICA-LATINA

Num momento tão crucial como este para a região, Portugal e Espanha podem encontrar novas oportunidades, direta e indiretamente. Neste momento de reformas, a América Latina precisa de serviços para levar a cabo este processo, que pode entender-se como uma nova oportunidade, em vários sentidos. De maneira indireta, significa contemplar as oportunidades que existem, concretamente em Portugal, de modo a tornar-se num intermediário entre a América Latina e a região do Pacífico. Certamente, para muitos analistas, tudo aponta para que o futuro da América esteja no Pacífico. Existem várias vias de relacionamento com o continente asiático, dos países da América Latina para a bacia do Pacífico, seja através da Aliança do Pacífico, ou através dos TPP – Trans-Pacific Partnership, ou de uma relação comercial mais madura e de maior valor agregado com a China. Este é um espaço que a Península Ibérica pode aproveitar, muito particularmente no que diz respeito às relações entre a China e a América Latina.

Tudo indica que as relações entre ambas as regiões vão ser sólidas, intensas e de longa duração. A mudança do modelo de desenvolvimento chinês e a sua orientação para a procura interna e para o sector dos serviços afetou claramente a região latino-americana, com a diminuição

“Em Portugal os empresários analisam oportunidades de negócio lá fora, nomeadamente na América Latina”

da procura de matérias-primas e de *commodities* em geral. No entanto, nem por isso o gigante asiático deixa de representar uma oportunidade para a América Latina perante os possíveis novos mercados que se abrem nesta nova etapa de crescimento da China.

Esta presença oriental na região afeta, sem dúvida, a Península Ibérica. Mas não é razão para deixar de ver as novas oportunidades que se abrem. A maior presença da China pode contribuir para o desenvolvimento da região e tem vindo a gerar possibilidades de colaboração e sinergias com atores portugueses e espanhóis, públicos e privados, em múltiplos âmbitos. O conhecimento da realidade, da língua e da cultura latino-americana, bem como a presença de empresas portuguesas e espanholas na região, podem ser uma grande ajuda para aumentar a prosperidade dos investimentos chineses.

Mas as oportunidades não devem ver-se somente através da China, mas sim competindo diretamente com este gigante. Em Portugal os empresários analisam oportunidades de negócio lá fora, nomeadamente na América Latina, mais recentemente procurando aprofundar os mercados de Cuba e do México, apenas a título de exemplos. Neste sentido, no país, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal ajuda a promover a internacionalização das empresas portuguesas, através da partilha de informação e de

sinergias acerca dos mercados onde investir, com destaque para diversos países da América Latina. Face à situação de recessão do Brasil ou da Venezuela, existem países que mantêm dados de crescimento importantes, especialmente se os comparamos com os da zona euro. Os países da Aliança do Pacífico, aos quais devemos acrescentar a Bolívia (cuja economia crescerá aproximadamente 3,8 % este ano), conseguem manter os seus índices (o México crescerá 2,4 %, a Colômbia 2,5 %, o Peru 3,7 % e o Chile 1,5 %). Estes são espaços económicos que continuam a apresentar oportunidades de negócio, mesmo nos casos em que a presença da China é muito importante.

Neste momento crucial de transformação necessária das estruturas, a região, de acordo com as suas necessidades, deveria procurar dotar-se de infraestruturas, de formação qualificada e de tecnologia, ferramentas e sectores nos quais podemos ser particularmente competitivos. Se a isto acrescentarmos o uso de línguas comuns, português para o Brasil e castelhano para os restantes países da América Latina, as vantagens aumentam, em particular no âmbito do ensino.

5. CONCLUSÕES

As previsões pioram, o problema está diagnosticado e, quanto às soluções, não restam dúvidas, pois todos os organismos internacionais coincidem. É por isso urgente empreender as refor-

“Trata-se de conciliar as preocupações sociais e económicas a curto prazo com os objetivos de crescimento a longo prazo”

mas estruturais contempladas¹², embora seja também necessário considerar o modo como se aplicarão. Seria um grave erro não dar a devida importância à necessidade de minimizar os custos sociais que acarretam, a curto prazo, as políticas de ajuste, o que poderia ser contra-producente, e gerar uma reação social e política contrária, podendo inclusive inviabilizar o esforço da reforma.

O objetivo é manter um equilíbrio realmente difícil de conseguir, uma vez que trata-se de conciliar as preocupações sociais e económicas a curto prazo com os objetivos de crescimento a longo prazo¹³. Este equilíbrio poderia conseguir-se levando a cabo estas reformas de maneira

gradual e garantindo a suficiente proteção dos sectores sociais mais vulneráveis, que tenham conseguido, graças ao boom das matérias-primas, melhorar a sua situação. O problema é que nem todos os Estados dispõem das mesmas margens ou possibilidades para introduzir desta forma as reformas estruturais. Estas são urgentes para toda a região, e em especial para alguns países, pela sua situação de recessão. Situação que, além disso os impede de amortecer os custos sociais que as reformas trarão. Os desafios são muitos e complexos, mas também inevitáveis. A América Latina deve solucionar esta situação, que a curto prazo trará prosperidade, mas que a médio e longo prazo será fundamental.

¹² BID, *Relatório Macroeconómico sobre a América Latina e o Caribe, 2016*, http://www.iadb.org/é/investigacion-y-dados/detalles-de-publicacion,3169.html?pub_id=IDB-AR-120.

¹³ Banco Mundial, 2016, *O ciclo de commodities “Miragens e Dilemas”*, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24014/210914SpSum.pdf?sequence=6>

LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talentos, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Tomás Matesanz
Diretor geral corporativo
tmatesanz@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Gerente de Talento
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor senior Latam Desk
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

Cink.

Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Adriana Aristizábal
Consultora sênior
aaristizabal@llorenteycuenca.com

277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 917 833 0103

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edifício World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sênior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desenvolvendo-ideias.com

www.revista-uno.com